



9 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 10 de dezembro de 2021

Bolsas Na quinta-feira 1,67% São Paulo Estável Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 108.095 106.291 06/12 07/12 08/12 09/12	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na quinta-feira R\$ 5,574 (+0,7%) Últimas cotações (em R\$) 3/dezembro 5,679 6/dezembro 5,690 7/dezembro 5,618 9/dezembro 5,535	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 6,294	Capital de giro Na quinta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 9,12%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25
--	---	---	---	---	---	--	---

CONGRESSO

Desoneração da folha ganha sobrevida

Senado aprova prorrogação, por dois anos, do benefício aos 17 setores da economia que mais empregam. Texto vai à sanção presidencial

» JORGE VASCONCELLOS

Em votação simbólica, o Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 2.541/2021, que prorroga por dois anos a desoneração da folha de pagamento de **17 setores** da economia. O plenário manteve a íntegra do texto já aprovado pela Câmara. A matéria segue, agora, para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Essa permissão foi introduzida há 10 anos pela Lei 12.546/2011, cuja validade termina neste mês. O projeto aprovado pelo Senado prorroga os efeitos da lei até o fim de 2023.

O PL é de autoria do deputado Efraim Filho (DEM-PB). No Senado, o relator, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), manteve a íntegra do texto, em meio a um entendimento entre os parlamentares sobre a necessidade e a urgência da prorrogação da desoneração. Ele, inclusive, rejeitou sete emendas que foram apresentadas. Caso houvesse alterações no projeto, a Câmara teria de analisá-lo novamente.

Estímulos

No parecer, o relator ressaltou que, com o avanço da vacinação contra a covid-19 e a consequente redução de média de novos casos, “o reaquecimento da economia impõe estímulos fiscais e a prorrogação (ou manutenção) dos já existentes”. Segundo ele, “a desoneração proposta neste projeto já consta historicamente em nosso ordenamento e, com a aprovação desta Casa, continuará a atender os mesmos setores”.

O parecer diz, também, que “ainda vivemos altos índices de desemprego, subocupação e desalento”. “Nesse sentido, a não prorrogação da desoneração da folha criaria óbices

Beneficiados

Os 17 setores beneficiados com a desoneração são os que mais geram empregos no país — oito milhões de trabalhadores no total: calçados, call center, comunicação, confecção/ vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

para a retomada de empregos”, sustentou.

Vital do Rêgo defendeu que, no lugar de “medidas paliativas e temporárias”, o Congresso passe a se debruçar sobre o debate de “medidas reais e permanentes” de estímulo ao emprego e à economia do país. Ele citou, entre outras ações, a necessidade de uma reforma tributária.

O PL 2.541/2021 foi aprovado dois dias depois de o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), receber representantes de associações de todos os setores beneficiados pela lei. Durante a reunião, os empresários pediram que a proposta fosse aprovada ainda nesta semana, com o argumento de que a desoneração é uma política bem desenhada, que estimula o investimento e a empregabilidade. Segundo eles, o fim desse mecanismo no contexto da pandemia traria imprevisibilidade e danos ao mercado de trabalho.

Pacheco decidiu levar o projeto diretamente ao plenário, ou

Waldemir Barreto/Agência Senado



O Senado manteve o projeto de lei da forma como foi aprovado na Câmara, devido à urgência de prorrogar a medida

8 milhões

Número de trabalhadores empregados nos 17 setores contemplados com a desoneração da folha de pagamento

seja, sem a necessidade de passar por comissões. A proposta havia sido aprovada na Câmara em 17 de novembro.

Fundamentais

Após a aprovação do projeto, Pacheco disse que a matéria é “muito importante para o país, que se refere a uma forma de tributação a 17 setores cuja alta empregabilidade recomenda esse tratamento”. Segundo ele, “uma prorrogação muito desejada para a manutenção de atividades econômicas absolutamente fundamentais para a geração de emprego e de trabalho no Brasil”.

Esta não é a primeira vez que o Legislativo aprova a prorrogação da desoneração da folha de pagamento. Em junho de 2020, os parlamentares adiaram o fim desse mecanismo, que ocorreria naquele ano, para 31 de dezembro de 2021. Bolsonaro vetou a prorrogação, mas o veto foi derubado pelo Congresso.

Agora, diferentemente, o governo apoia a prorrogação da desoneração. A mudança de postura foi adotada com o objetivo de atrair o apoio do empresariado às mudanças no cálculo do teto de gastos, prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios.

Saiba mais

Destruído pelo governo

O projeto de lei foi destruído na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara após o governo conseguir aprovar, na Casa, a PEC dos Precatórios. Com o espaço fiscal aberto pela PEC, que também vai servir para pagar o Auxílio Brasil, o Planalto retirou a obstrução à desoneração e fechou um acordo para fazer o texto avançar.

Empresários comemoram a aprovação do projeto

Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (Abit), Fernando Valente Pimentel comemorou a aprovação do PL da desoneração da folha de pagamento. Segundo ele, a medida é fundamental não só para a preservação dos empregos, mas também para as empresas seguirem “na sua jornada de geração de novos postos de trabalho”.

As empresas filiadas à Abit empregam cerca de 1,5 milhão de trabalhadores. “O maior programa social que nós temos é o emprego, emprego digno, formal e com todas as garantias da legislação”, defendeu. “Esse projeto vai ao encontro dos interesses do país, considerando que as perspectivas de crescimento para 2022 são mais modestas, fazendo com que a geração de emprego venha a ser reduzida.”

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Suruagy, considera que a prorrogação da desoneração da folha vai garantir empregos e possibilitar investimentos, inclusive na implantação da tecnologia do 5G.

A líder empresarial observou, entretanto, que ainda há outras questões que devem ser debatidas para resolver o custo Brasil, como a aprovação de uma reforma tributária que reduza a carga de impostos das empresas. “A prorrogação da desoneração é uma grande notícia para todos os 17 setores envolvidos, mas temos de enfrentar o custo Brasil, reduzindo o peso dos impostos para quem produz”, afirmou Suruagy.

O professor José Oreiro, do

Nando Oliveira/Esp. EM/D.A Press



O setor de calçados é um dos beneficiados com a desoneração



O maior programa social que nós temos é o emprego, emprego digno, formal e com todas as garantias da legislação

Fernando Valente Pimentel, presidente da (Abit)

Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), criticou a política de desoneração no Brasil. Segundo ele, as empresas beneficiadas deveriam ser obrigadas a apresentar, de forma

detalhada, algumas contrapartidas, como a de empregos preservados e gerados.

“O governo está renunciando a uma receita sem pedir nenhum tipo de contrapartida por parte das empresas. Por exemplo: contrapartida em termos de não demitir funcionários, ou realizar investimentos. Você não pode dar um benefício com dinheiro público sem exigir uma contrapartida”, disse Oreiro. “O que essas empresas oferecem em troca para o governo? Qual é o benefício disso para a sociedade? Como é a contrapartida que as empresas estão dando? Nenhuma.”

O docente observa que “as próprias empresas beneficiadas sequer se preocupam em demonstrar, com argumentos, com estudos, quais foram os benefícios gerados por essa medida”. (JV)